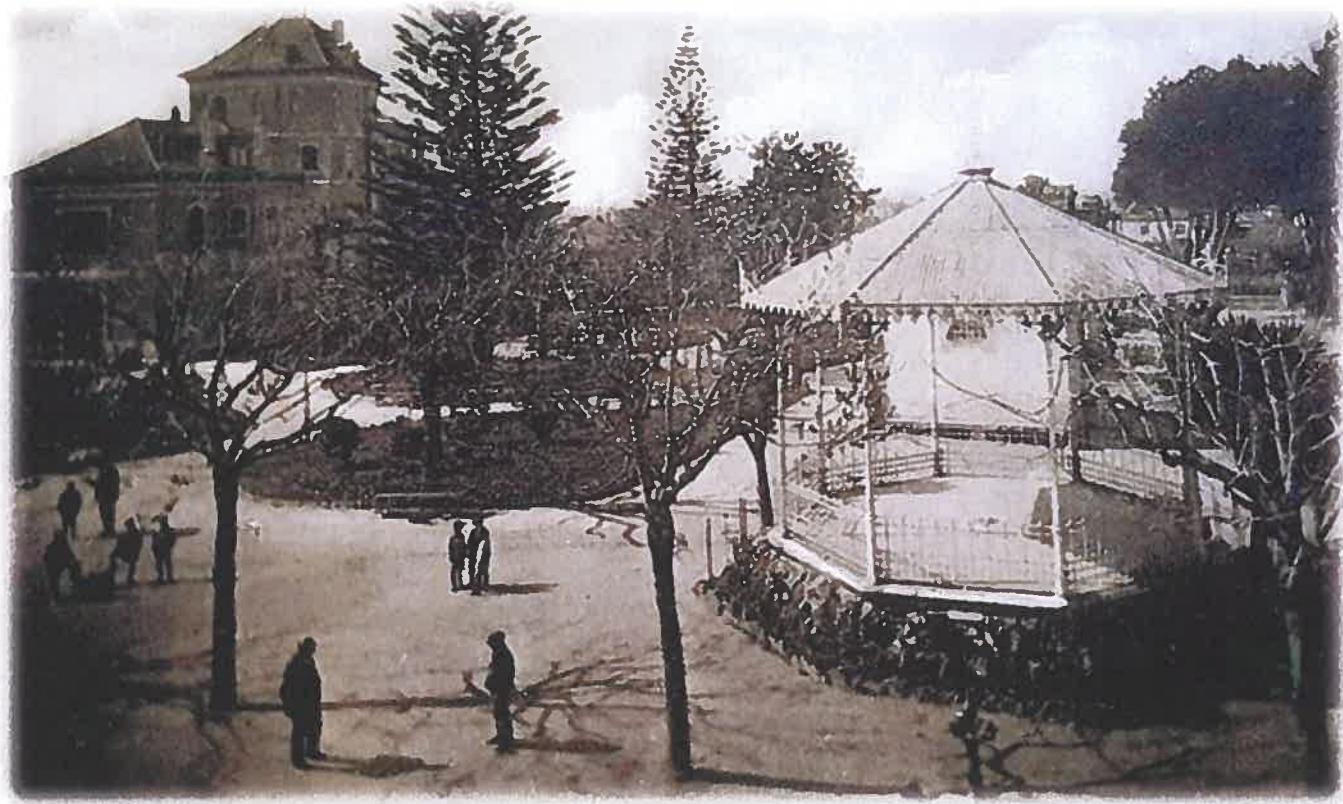


# RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

## 2024



**SANTA CASA**  
**Misericórdia do**  
**Bom Jesus de Matosinhos**

## ÍNDICE

<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>3</b>
<b>MENSAGEM DO PROVEDOR</b>	<b>4</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>OS NOSSOS PRINCÍPIOS APLICADOS NA GESTÃO</b>	<b>5</b>
<b>ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	<b>6</b>
Assembleia Geral	6
Mesa Administrativa	6
Definitório	7
<b>RECURSOS HUMANOS</b>	<b>7</b>
<b>RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO</b>	<b>8</b>
<b>ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL</b>	<b>9</b>
Internato N <sup>a</sup> . Sr <sup>a</sup> . da Conceição	9
Centro de Dia	10
Apoio Domiciliário aos Irmãos	10
<b>ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO</b>	<b>10</b>
Culto	10
Museu Bom Jesus de Matosinhos e Casa dos Milagres	10
Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa	11
Capelas Mortuárias	11
<b>ÁREA OPERACIONAL SAÚDE</b>	<b>11</b>
Unidade de diagnóstico e tratamento	11
<b>NOTAS FINAIS</b>	<b>12</b>
<b>MAPAS DE CONTAS DE 2024</b>	<b>13</b>

## ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos Sociais da Misericórdia de Matosinhos são constituídos pelos membros da Mesa da Assembleia-Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório. Os titulares dos Órgãos Sociais foram eleitos, em 2024, pelos Irmãos da Misericórdia para o Quadriénio 2025/2028.

### MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

**Dr. José Albano Pereira Guedes - Presidente**

**Dra. Maria do Rosário Monteiro Bandeira Marques Lóio – Vice-Presidente**

**Armando Fernandes Mesquita - Secretário**

**Dra. Maria Filomena Leite Seabra Monteiro Galante - Secretária**

**Dr. Emídio Moreira Maia – Substituto**

**Claudino Pereira da Silva – Substituto**

**Dr. Carlos Manuel de Sousa de Lima Fernandes – Substituto**

**Eng. Manuel Freitas Monteiro da Mota – Substituto**

### MESA ADMINISTRATIVA

**Luís Manuel Figueiredo Branco - Provedor**

**Arq.º José António Vidal Afonso Barbosa - Vice-Provedor**

**Cândido Sequeira Pinto Gilvaz - Tesoureiro**

**Dra. Maria do Espírito Santo Carrilho Simas Santos - Mesária**

**Enf.º Alberto Pereira Morgado - Mesário**

**Dra. Clarisse do Céu Sousa – Mesária**

**Jaime Diniz Pedrosa de Araújo Couto – Mesário**

**Dra. Susana de Carvalho Barros – Mesária**

**Rodolfo Maia Mesquita – Mesário**

**Dr. Álvaro Agostinho Fernandes Lopes – Mesário**

### DEFINITÓRIO

**Dr. Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa - Presidente**

**Prof. António Azevedo Cunha e Silva – Vice-presidente**

**Dra. Maria Manuela da Costa Braga - Secretária**

**Dr. César Manuel Oliveira Ferreira – Substituto**

**Dra. Helena Cristina Sousa Pinto – Substituta**

**Dr. António Manuel Cardoso Ferreira – Substituto**

## MENSAGEM DO PROVEDOR

Caras Irmãs e caros Irmãos:

De acordo com o previsto no nosso Compromisso - alínea g), do n.º 1, do artigo 39.º -, é da competência da Assembleia Geral apreciar, discutir e votar o Relatório e as Contas do exercício de 2024, bem como o Parecer do Definitório e correspondente Certificação Legal de Contas.

A época que vivemos não é fácil, pois temos uma grande instabilidade da economia mundial decorrente das guerras da Ucrânia e do Médio Oriente, a que se vieram somar as guerras comerciais lançadas pelos Estados Unidos da América.

Toda esta incerteza pode agravar as condições da vida dos Matosinhenses em geral e, muito especialmente, a vida dos mais desfavorecidos.

Os nossos projetos poderão também sofrer atrasos em função da necessidade de toda a Europa aumentar o orçamento com a defesa, que fará, necessariamente, diminuir ou atrasar os apoios com o desenvolvimento das valências sociais.

O relatório de Atividade e Contas é o documento em que são apresentadas informações sobre as atividades desenvolvidas pela Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos em 2024, bem como o desempenho financeiro correspondente a esse mesmo período e tem como estratégia garantir a sustentabilidade, eficácia e eficiência da Instituição em todas as suas atividades.

Acreditamos que este relatório não ilustra apenas o nosso esforço e realização, mas também servirá como uma ferramenta valiosa para avaliação e planeamento do futuro.

Agradecemos o trabalho, resiliência e confiança dos nossos colaboradores, parceiros e comunidade, reiterando o nosso compromisso inabalável com a transparência, integridade e excelência em todas as nossas atividades.

Que este relatório seja um testemunho fiel do nosso compromisso com a missão da Misericórdia de Matosinhos e inspire a continuidade do nosso projeto em prol de um impacto positivo e duradouro em toda a comunidade Matosinhense.

O provedor,

Luís Manuel Figueiredo Branco



## APRESENTAÇÃO

---

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos tem como missão minimizar as carências educacionais, sociais e de saúde, e de apoiar a prática de atos de culto católico, orientada pelos princípios da doutrina social da Igreja e pela moral cristã, exercendo a sua ação através da prática das catorze obras de misericórdia, aplicadas ao nosso tempo. Hoje em dia intervém no campo da educação, da solidariedade social, da saúde e da cultura, desenvolvendo a sua atividade nas áreas da infância, sénior, família e comunidade, da saúde e da museologia, dando resposta diária a cerca de 580 utentes, ao nível das suas respostas sociais de apoio a crianças, adolescentes e idosos.

Atualmente, são desenvolvidas as seguintes valências e serviços:

- Internato Nossa Senhora da Conceição;
- Jardim de Infância, creche “O Paraíso”;
- Jardim de Infância, creche “Biquinha”;
- Centro Infantil de Matosinhos;
- Centro de Dia;
- Apoio domiciliário a Irmãos;
- Unidade de Diagnóstico e Tratamento;
- Museu do Bom Jesus de Matosinhos;
- Casa dos Milagres;
- Capelas Mortuárias;
- Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa.

---

## OS NOSSOS PRINCÍPIOS APLICADOS NA GESTÃO

---

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos observou e procurou cumprir, na sua gestão operacional e estratégica, o seguinte conjunto de valores, princípios, missão e visão:

**Missão** – Somos uma Instituição centrada nos Direitos da Pessoa Humana, que responde às necessidades da comunidade, de forma proativa, promovendo a cidadania e a solidariedade, contribuindo para o desenvolvimento social.

**Visão** – A Misericórdia de Matosinhos afirma-se pela melhoria contínua da qualidade e da excelência de serviços, de uma forma empreendedora e sustentável, reconhecida por quem a conhece e por quem dela beneficia.

### Valores

- Solidariedade: responsabilidade na contribuição para a resolução dos problemas dos cidadãos;
- Individualidade: respeito pela dignidade da Pessoa (valores, crenças, etnias, ideologias, privacidade);
- Profissionalismo: competência, responsabilidade, ética e zelo;
- Excelência: elevado padrão de qualidade percebido pelos Utentes externos e internos;
- Participação: capacitação da Pessoa como agente do seu processo de desenvolvimento;
- Inovação: encontrar respostas para os problemas sociais emergentes.

---

## ATIVIDADES POR ÓRGÃOS SOCIAIS

---

### Assembleia Geral

A Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos reuniu, em Assembleia Geral Ordinária, no mês de maio, para análise, discussão e votação do “Relatório e Contas de Gerência respeitante ao exercício do ano 2023” e do respetivo “Parecer do Definitório”, instruídos com a certificação do Revisor Oficial de contas; e em novembro de 2024, reuniu em duas ocasiões: a primeira em Assembleia Geral Ordinária para análise, discussão e votação do “Orçamento e Plano de Atividades” respeitante ao exercício do 2025, e do respetivo “Parecer do Definitório”; a segunda reuniu em Assembleia-Geral Eleitoral para a eleição da Mesa da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Definitório para o mandato do quadriénio de 2025 a 2028.

### Mesa Administrativa

No ano de 2024, a Mesa Administrativa reuniu em 13 sessões.

A Mesa Administrativa assegurou de forma prudente, cumprindo e fazendo cumprir, o exercício de todas as atividades desenvolvidas pela Santa Casa.

## Definitório

Para a observância dos princípios da sustentabilidade da Instituição e o rigoroso cumprimento na execução orçamental, o Definitório acompanhou com regularidade a atividade desenvolvida pela Mesa Administrativa, analisando mapas financeiros e demais elementos necessários à prossecução da sua atividade, à emissão de pareceres e apresentação de recomendações.

## **RECURSOS HUMANOS**

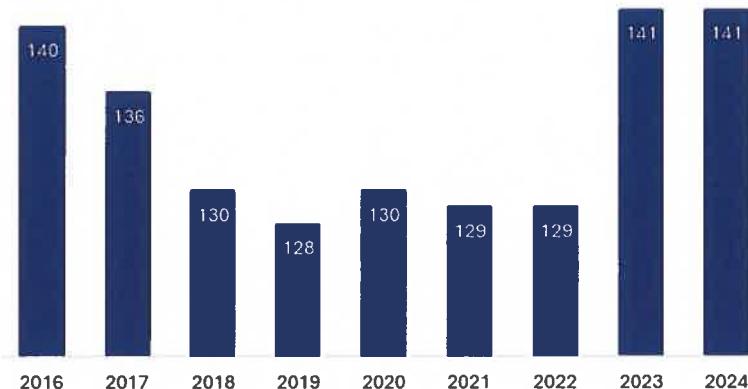
Ao longo de 2024 desligaram-se do serviço 8 trabalhadores: três por denúncia do contrato de trabalho por parte dos trabalhadores, um por denúncia por parte da Misericórdia no período experimental, um por pensão de invalidez e um por acordo de revogação.

Tínhamos em 31/12/2024, 141 funcionários, número este igual ao de 31/12/2023.

Mantêm-se as políticas de desenvolvimento de valências para a ocupação integral de todos os trabalhadores.

Desde 2017 até 2022, o número de trabalhadores foi diminuído não obstante se tenha acrescentado a valência de apoio domiciliário a Irmãos.

Com a abertura de 4 salas de creche, em 2023, foi necessária a contratação de novos trabalhadores, tendo-se atingido o nível de 2016, como se alcança do seguinte gráfico:



Os serviços prestados pela Misericórdia têm aumentado, quer em número dos meninos que frequentam os nossos infantários a nível do pré-escolar e do CATL, quer com o apoio domiciliário aos Irmãos e com o número de utentes que frequentam o Centro de Dia.

## RECUPERAÇÃO DE PATRIMÓNIO

O prédio da Rua José Ventura, n.º 126, em Matosinhos, foi, finalmente, ocupado, tendo as duas novas habitações sido dadas de arrendamento.

Mantém-se o impasse do prédio da Rua D. João IV, n.ºs 16-20, do Porto, sendo que se encontram concluídas há muito tempo as duas habitações do segundo andar, faltando, apenas, a ligação da água para estas novas habitações, para que sejam dadas de arrendamento.

Iniciou-se, em 2024, a requalificação do rés-do-chão, lado sul, do edifício do Museu, obra esta que se encontra em curso e se espera esteja concluída em abril de 2025. Este novo salão vem permitir o aumento significativo da área de exposição do Museu, bem como a realização de exposições temporárias, com outra extensão e dignidade.

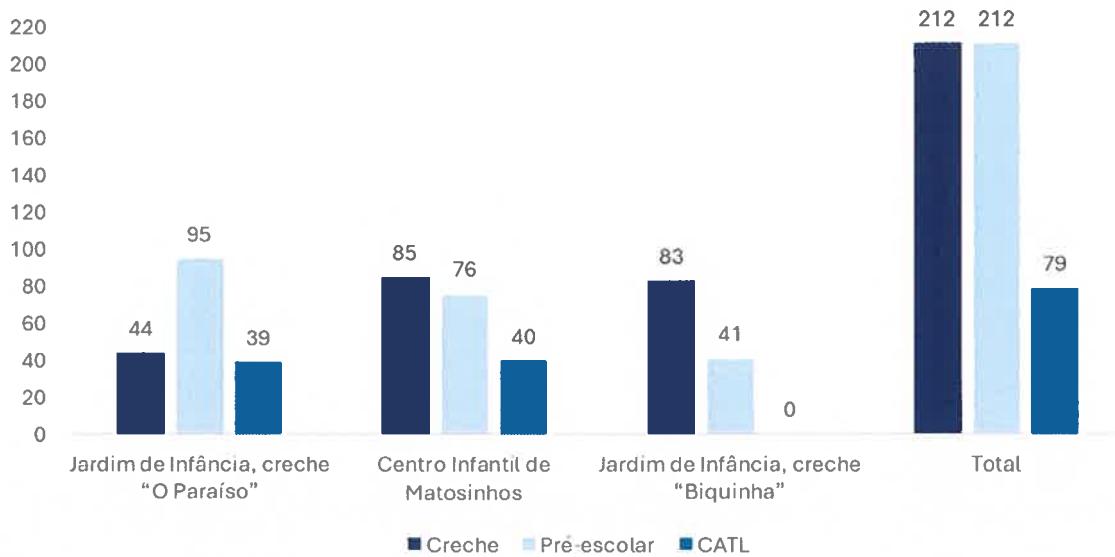
Também se iniciou a obra de adaptação dos terrenos situados nas traseiras do Hospital de Santa Violante, do Centro de Diagnóstico e do Centro de Hemodiálise, com vista à criação de um parque de estacionamento para o Hospital, para compensar a perda de lugares aquando da venda à Câmara Municipal de Matosinhos, efetuada pela Mesa Administrativa que nos antecedeu para a abertura da Rua Manuel Seabra e alargamento do Parque 25 de abril. Esta obra tem em vista libertar o nosso terreno situado no gaveto nascente da Rua Manuel Seabra com a Rua da Misericórdia, para se poder promover a sua rentabilização.

Procedeu-se, ainda, a inúmeras reparações e manutenções em vários prédios, quer onde estão instaladas as várias valências, quer nos que se encontram dados de arrendamento.



## ÁREA OPERACIONAL DA EDUCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024, a frequência de crianças na creche, pré-escolar e catl era o seguinte:



A procura ao nível do pré-escolar e do CATL mantém-se idêntica ao do ano anterior.

De notar que temos cada vez mais crianças com necessidades educativas especiais (NEE), essencialmente com autismo, que em 2024 atingiu o valor de 16 crianças, o que obriga, em algumas situações, a reforçar as equipas educativas.

A procura a nível da creche (bebés, 1 e 2 anos) continua a ser muito grande, esperando que com a abertura da Nova Creche e com o aumento da capacidade da creche do Paraíso, venha a ser reduzida.

## ÁREA OPERACIONAL DA INTERVENÇÃO SOCIAL

### Internato N.º Sr.ª da Conceição

A nova Lei de dezembro de 2023, que nos obriga a grandes alterações, quer a nível das instalações, quer a nível da equipa educativa, impõe o prazo de três anos. Teremos de ter tudo atualizado até dezembro de 2026, o que é um prazo extraordinariamente curto.

De notar que esta nova Lei impõe que se recebam tanto rapazes como raparigas, o que obriga, igualmente, a que se adotem, nas próprias instalações, medidas especiais.



É, como já referimos em relatórios anteriores, uma valência que tem cada vez menos procura, sendo que assistimos ao seu encerramento em várias outras Instituições.

Tudo isto nos leva a efetuar uma profunda reflexão no sentido de seguirmos o mesmo caminho e aproveitarmos as instalações e pessoal para outra valência de que o concelho tenha défice, muito especialmente na área da deficiência ou da terceira idade.

O projeto que se encontra em elaboração responde às necessidades e imposições legais para várias valências.

#### Centro de Dia

A procura para este tipo de valência tem esgotado a nossa capacidade (40 utentes), sendo que, em muitas ocasiões, existe lista de espera.

#### Apoio Domiciliário aos Irmãos

Continua a aumentar a procura desta valência, que se restringe apenas aos Irmãos e seus familiares.

Esta situação vai ser alterada com a integração na Misericórdia do Apoio Domiciliário do “ATI”, que se vai concretizar a curto prazo, já em 2025.

Depois desta integração já podemos estender esta valência a toda a população.

Reiteramos que se trata de um apoio que reveste do maior interesse, uma vez que permite que os idosos com dependências possam continuar a viver nas suas casas, desde que disponham de alguma autonomia ou tenham alguma retaguarda familiar.

---

## ÁREA OPERACIONAL DA RELIGIÃO E CULTO

---

#### Culto

A Misericórdia colaborou e participou em várias atividades religiosas, sendo de realçar o apoio, na parte religiosa, das Festas em Honra do Senhor de Matosinhos.

#### Museu Bom Jesus de Matosinhos e Casa dos Milagres

O número de visitas ao Museu tem continuado a aumentar.

As obras de reformulação da antiga secretaria e provedoria, ao nível do rés-do-chão, com vista à sua reformulação num amplo salão com cerca de 160m<sup>2</sup>, iniciados em 2024, têm seguido a bom ritmo sendo previsível a sua conclusão em abril de 2025.

Este salão vem aumentar, em muito, a área para exposições e vem também permitir a existência de exposições temporárias com maior dignidade.

#### Arquivo Histórico Dr. Rodrigues de Sousa

Continuou e continuará durante os próximos anos a ser efetuada a organização do Arquivo e a digitalização dos documentos.

É um trabalho hercúleo, mas imprescindível, para garantirmos a memória da nossa Misericórdia e da nossa sociedade.

Só conhecendo o nosso passado é que podemos encarar o presente e programar o futuro.

Trata-se de um setor onde o trabalho não se “vê”, mas que se sente quando não se consegue encontrar o documento desejado por ainda não estar devidamente arquivado.

#### Capelas Mortuárias

Estas Capelas são geridas por uma empresa privada, que procedeu a obras profundas de restauro e manutenção, continuando a ser prestado o mesmo serviço aos Matosinhenses.

No seguimento do já deliberado pela Assembleia-Geral, e num futuro muito próximo, serão estas capelas reformuladas de forma profunda, ampliada a sua capacidade para cinco salas equipadas com fornos crematórios.

Será construído um “Centro Funerário” que servirá não só o concelho de Matosinhos, mas toda a área metropolitana do Porto.

---

## ÁREA OPERACIONAL SAÚDE

---

#### Unidade de diagnóstico e tratamento

Continuámos a proceder às reparações e requalificações necessárias para conseguirmos ter o edifício ocupado e obter, assim, uma maior rentabilidade.

Lembramos que uma recuperação profunda só vai ser possível depois de 2026, data em que caducam dois péssimos contratos celebrados em 2016 pela Mesa Administrativa anterior.

De qualquer maneira, para além das necessárias obras de conservação, não obstante ser um edifício de construção recente, temos o sistema de climatização (aquecimento e arrefecimento) a funcionar e implementou-se um sistema de controlo que disciplinou a utilização do parque de estacionamento.

O serviço da nossa Instituição restringe-se à limpeza das partes comuns e à portaria.



## NOTAS FINAIS

Na execução orçamental conseguiu-se um resultado positivo de € 267.570,06, o qual vem na sequência dos resultados positivos da gestão desta Mesa Administrativa desde 2017.

Salienta-se que o orçamento para 2023 previa já um resultado positivo de € 273.007,29, que foi alcançado.

Salienta-se que, em 2024, houve necessidade de efetuar várias reparações nos nossos edifícios e que temos, atualmente, cinco obras em curso.

Em meu nome pessoal e em nome da Mesa Administrativa, muito agradeço o apoio dado pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelos restantes membros desta Mesa, pelo Definitório e muito especialmente pelo seu Presidente, e por todos os trabalhadores, sem os quais não teria sido possível obter estes resultados e manter bem viva a Instituição.

Este documento foi aprovado, por unanimidade, na reunião da Mesa Administrativa de 17 de março de 2025, propondo-se à Assembleia Geral que:

1. Seja aprovado o presente Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2024; e,
2. Seja transferido para a conta “Resultados Transitados” o resultado líquido do período de € 267.570,06.

Matosinhos, 17 de março de 2025

Pela Mesa Administrativa

O provedor,

Luis Manuel Figueiredo Branco

## MAPAS DE CONTAS DE 2024

### ÍNDICE

1 – Balanço em 31 de dezembro de 2024

2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31-12-2024

3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios

4 – Fluxos de caixa

5 – Anexo às demonstrações financeiras

6 – Resultados por valências e outras atividades

7 – Parecer do revisor oficial de contas

8 - Parecer do definitório

1 – Balanço em 31 de dezembro de 2024

**Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos**  
**Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2024**

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
<b>Activo</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Propriedades de investimento	6	1 744 110,03	1 848 589,23
Activos fixos tangíveis	6	7 060 973,40	5 348 063,70
Investimentos financeiros		6 973,64	7 079,34
		8 812 057,07	7 203 732,27
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	8	36 686,36	23 583,81
Créditos a receber	13.2	27 893,75	32 246,15
Estado e outros entes públicos	14.1	376,00	1 693,64
Outros ativos correntes	13.2	5 491,10	240 395,18
Devedores por acréscimo de rendimentos	13.2	241 007,08	
Diferimentos	13.2	83 453,08	26 720,97
Caixa e depósitos bancários	4	1 644 813,29	690 940,98
		2 039 720,66	1 015 580,73
<b>Total do Activo</b>		<b>10 851 777,73</b>	<b>8 219 313,00</b>
<b>Fundos Patrimoniais e Passivo</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		57 379,22	57 379,22
Reservas		275 475,52	275 475,52
Resultados Transitados		3 072 035,33	2 912 391,92
Outras variações nos fundos patrimoniais	6.1	5 073 151,19	4 220 896,90
		8 478 041,26	7 466 143,56
Resultado líquido do período		267 570,06	159 643,41
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>8 745 611,32</b>	<b>7 625 786,97</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	10	10 000,00	34 289,18
Financiamentos obtidos	14.6	428 153,83	0,00
		438 153,83	34 289,18
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores, c/c	13.2	41 095,95	38 407,89
Fornecedores imobilizado	14.6	7 331,05	5 955,55
Estado e outros entes públicos	14.1	158 830,11	60 413,27
Credores por acréscimo de gastos		407 164,21	0,00
Financiamentos obtidos	14.6	55 220,00	0,00
Outros passivos correntes	13.2	998 371,26	454 460,14
		1 668 012,58	559 236,85
<b>Total do Passivo</b>		<b>2 106 166,41</b>	<b>593 526,03</b>
<b>Total do Fundos Patrimoniais e Passivo</b>		<b>10 851 777,73</b>	<b>8 219 313,00</b>

O contabilista certificado

  
Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa



2 – Demonstração dos resultados por naturezas em 31-12-2024

**Santa Casa da Misericórdia de Matosinhos**  
Demonstração Consolidada Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro em 2024

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados	14.2	673 237,55	721 901,52
Subsídios, doações e legados à exploração	11.2	2 418 971,91	2 039 547,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8.3	-191 628,86	-177 302,40
Fornecimentos e serviços externos	14.3	-597 546,63	-532 693,39
Gastos com o pessoal	13.3	-2 736 986,52	-2 541 327,62
Imparidade de dívidas a receber	13.2	-3 628,20	5 927,24
Provisões (reduções)	10.1	10 280,06	0,00
Outros rendimentos e ganhos	14.5	905 168,04	836 845,56
Outros gastos e perdas	14.4	-24 119,74	-11 122,19
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>453 747,61</b>	<b>341 775,76</b>
Gastos de depreciação e de amortização	6.2	-180 827,42	-181 116,92
<b>Resultado operacional (antes dos gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>272 920,19</b>	<b>160 658,84</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.6	16 358,33	0,00
Juros e gastos similares suportados		-21 708,46	-1 015,43
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>267 570,06</b>	<b>159 643,41</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>267 570,06</b>	<b>159 643,41</b>

O contabilista certificado

  
Manuel F.M. Moreira

A Mesa Administrativa



### 3 – Demonstração das alterações dos fundos próprios

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS						
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios - Ano 2024						
Unidade Monetária: EURO						
DESCRÍÇÃO	Fundos	Outras reservas	Outras variações patrimoniais	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2023</b>	57 379,22	275 475,52	3 297 088,58	2 766 177,40	146 214,52	6 542 335,24
<b>Alterações no período</b>						
Primeria adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	5 715,70	0,00	0,00	5 715,70
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	-6 649,34	0,00	0,00	-6 649,34
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	924 741,96	146 214,52	-146 214,52	924 741,96
<b>Resultado líquido do período</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	159 643,41	159 643,41
<b>Resultado integral</b>					-305 857,93	1 083 451,73
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2023</b>	57 379,22	275 475,52	4 220 896,90	2 912 391,92	159 643,41	7 625 786,97
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2024</b>	57 379,22	275 475,52	4 220 896,90	2 912 391,92	159 643,41	7 625 786,97
<b>Alterações no período</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Primeria adopção de novo referencial contabilístico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	0,00	0,00	852 254,29	159 643,41	-159 643,41	852 254,29
<b>Resultado líquido do período</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	267 570,06	267 570,06
<b>Resultado integral</b>					267 570,06	1 119 824,35
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2024</b>	57 379,22	275 475,52	5 073 151,19	3 072 035,33	267 570,06	8 745 611,32

#### 4 – Fluxos de caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		696 947,73	690 890,87
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-798 965,42	-731 466,37
Pagamentos ao pessoal		-2 736 986,52	-2 570 793,79
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-2 839 004,21</b>	<b>-2 611 369,29</b>
Pagamento / Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	-21,76
Outros recebimentos / pagamentos		1 831 898,59	2 639 258,70
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS (1)</b>		<b>-1 007 105,62</b>	<b>27 867,65</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Activos fixos tangíveis		-24 653,62	-1 054 921,26
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		-1 790 300,05	0,00
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		8 908,20	0,00
Outros activos		17 773,50	320,43
Subsídios ao investimento		2 418 971,91	1 009 380,94
Juros e rendimentos similares		16 358,33	0,00
Dividendos		0,00	0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)</b>		<b>647 058,27</b>	<b>-45 219,89</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
<b>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</b>			
Financiamentos obtidos		483 373,83	0,00
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		159 643,41	0,00
Doações		0,00	5 715,00
Outras operações de financiamento		852 254,29	0,00
<b>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	-32 244,20
Juros e gastos similares		-21 708,46	-936,95
Dividendos		-159 643,41	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)</b>		<b>1 313 919,66</b>	<b>-27 466,15</b>
Variações de caixa e seus equivalentes ( 1 + 2 + 3 )			
Efeito das diferenças de câmbio		953 872,31	-44 818,39
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		690 940,98	720 725,10
Variações de caixa e seus equivalentes (Saldo final-Saldo inicial)		1 644 813,29	690 940,98
		<b>953 872,31</b>	<b>-29 784,12</b>



## 5– Anexo às demonstrações financeiras

### Identificação da entidade

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos ("SCM Matosinhos") é uma Instituição de Solidariedade Social, foi fundada a 16 de dezembro de 1848, tem a sua sede na Avenida Dom Afonso Henriques e tem como fim específico de praticar obras de misericórdia "corporais e espirituais", gozando de autonomia administrativa e da confiança dos seus benfeiteiros.

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da SCM Matosinhos, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo, incluindo apenas divulgações das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro aplicáveis à SCM Matosinhos.

### Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### Diplomas legais:

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos regtos contabilísticos da SCM Matosinhos e de acordo com as normas de Normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), regulado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março, considerando as alterações que decorrem da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho.

Foram utilizadas as normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de Julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);

#### Rubricas não comparáveis com o exercício anterior:

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro 2023, incluídas nas Demonstrações Financeiras, para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais referidos no parágrafo anterior.

### Principais políticas contabilísticas

#### 1.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF-ESNL").

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante disponível, incluindo os acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras. Em resultado da avaliação efetuada, a Mesa concluiu que a Instituição dispõe de recursos adequados para manter as atividades, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.



### a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advinham benefícios económicos futuros para a Instituição, sejam controláveis pela Instituição e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

### Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas,

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2010, encontram-se registados:

- (a) ao seu custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas, ou  
(b) não existia informação completa e adequada que assegurasse a aplicação do critério referido na alínea anterior, os correspondentes ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo montante determinado de acordo com o justo valor aproximado à data de 1 de janeiro de 2019, o qual foi determinado da seguinte forma: para os edifícios onde na escritura era mencionado o valor do imóvel, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e para os prédios doados sem valorização, foi considerado o valor constante no registo matricial - Valor Patrimonial Tributário.

	Anos
Edifícios e outras construções	6 – 50
Equipamento básico	2 – 8
Equipamento de transporte	4 – 5
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Os gastos com grandes reparações e remodelações são incluídos no valor contabilístico do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo ainda em fase de construção, encontrando - se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição ou, no caso dos empréstimos concedidos a Instituições interligadas e de outros empréstimos concedidos, ao valor nominal. É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em Instituições associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registado como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

#### **Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)**

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma avaliação de imparidade com referência ao final de cada exercício.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de ativos depreciáveis". A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o encargo com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a sua vida útil remanescente.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

#### **Custos de empréstimos obtidos**

Os encargos financeiros que com empréstimos são reconhecidos como gasto de acordo com o regime de acréscimo, exceto nos casos em estes encargos sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso ou para a sua venda estejam concluídas.

#### **Inventários**

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao preço de mercado, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como método de custeio). Entende-se por preço de mercado, preço de mercado, o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

Nos casos em que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição, ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

#### **Instrumentos financeiros**

### Créditos a receber e Outros ativos correntes

Os créditos a receber e Outros ativos correntes são registadas pelo seu custo (valor nominal) e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido. O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Instituição tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

### Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime de acréscimo. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico dos empréstimos caso não sejam liquidados durante o período. O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

Sempre que existe direito de cumprimento obrigatório de compensar ativos e passivos e a Mesa Administrativa pretenda liquidar, numa base líquida, ou realizar a ativo a liquidar simultaneamente o passivo, os mesmos são compensados, e apresentados no balanço pelo seu montante líquido.

### Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas a fornecedores ou a Outros passivos correntes que não vencem juros são registadas pelo seu custo (valor nominal). O valor nominal não difere significativamente do custo amortizado.

### Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

### Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Ao nível da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica do passivo corrente "Financiamentos obtidos".

### Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Instituição como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Instituição; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Instituição. A Instituição não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Instituição forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

### Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

### Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios recebidos no âmbito de programas de formação profissional ou subsídios à exploração são registados na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração dos resultados do período em que estes programas são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se torne recebível num período posterior, onde será rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para financiamento de ativos são registados no balanço como "Outras variações no capital próprio", e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às reintegrações dos ativos subsidiados.

### Rérito

O rérito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rérito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Instituição e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

## Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 17 de março de 2025, data em que foram aprovadas pela Mesa Administrativa.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

## Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Mesa Administrativa da Instituição baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 incluem, nomeadamente, a definição das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, o registo de provisões e das perdas de imparidade.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

## 1.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

### Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Instituição classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a Atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em Instituições participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamento de dividendos.

## 1.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL, a Mesa Administrativa da Instituição utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas significativas refletidas nas Demonstrações Financeiras são:

- intangíveis; e
- ativos e provisões.

Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e

Registo de ajustamentos aos valores dos

### 3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

A Mesa procedeu à avaliação da capacidade da Instituição operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponíveis sobre o futuro.

Em resultado da avaliação efetuada, concluiu que dispõe de recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de cessar ou de reduzir consideravelmente as suas operações no curto prazo, mantendo a capacidade para cumprir os seus fins, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

### Fluxos de Caixa

#### 1.4 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

A 31.12.2024 e 31.12.2023, o saldo de caixa e de depósitos bancários decomponha-se da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
<b>Caixa</b>		
Caixas	3.291,22 €	5.322,39 €
<b>Total</b>	<b>3.291,22€</b>	<b>5.322,39 €</b>
<b>Depósitos bancários</b>		
Depósito à ordem	191.522,07€	685.597,32 €
Depósitos a prazo (curto e médio prazo)	1.450.000,00€	0,00€
<b>Total</b>	<b>1.641.522,07€</b>	<b>685.597,32 €</b>
<b>TOTAL CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS</b>	<b>1.644.813,29€</b>	<b>690.940,98 €</b>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existem quaisquer restrições à utilização dos saldos registados nas rubricas de Caixa e depósitos bancários.

### Ativos intangíveis

#### 1.5 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos intangíveis - outros	Vida útil	Taxa de amortização
Programas de computador	3	33,33%



b) Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

c) Os ativos intangíveis apresentam a seguinte decomposição:

Ativos intangíveis - outros	Ano 2024		Ano 2023	
	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade	Ativo bruto	Amortizações Perdas p/imparidade
Programas de computador	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€	1.581,17€
<b>TOTAL</b>	<b>1.581,17€</b>	<b>1.581,17€</b>	<b>1.581,17€</b>	<b>1.581,17€</b>

d) O valor das amortizações relativas a ativos intangíveis incluídas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" ascende a:

Amortizações do exercício - outros	Ano 2024	Ano 2023
Programas de computador	0,00€	0,00€
<b>TOTAL</b>	<b>0,00€</b>	<b>0,00€</b>

e) Os movimentos na rubrica ativos intangíveis durante o ano 2024 e em 2023 são os que se seguem:

2024	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
<b>Ativo bruto</b>					
Saldo em 1/1/2024	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Saldo em 1/1/2024	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	-	-	-	-	-

2023	Projetos desenvolvimento	Software	Propriedade industrial	Outros ativos tangíveis	TOTAL
<b>Ativo bruto</b>					
Saldo em 1/1/2023	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
<b>Amortizações acumuladas</b>					
Saldo em 1/1/2022	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
Transferências e abates	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	1.581,17€	-	-	1.581,17€
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	-	-	-	-	-

### Ativos tangíveis e Propriedades de investimento

#### 1.6 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis e Propriedades de Investimento:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis e propriedades de investimento encontram-se mensurados e estão valorizados de acordo com o modelo custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Na sequência dos pareceres, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, que referiam a existência de imóveis, adquiridos ou doados, que não haviam sido registados na contabilidade, a Mesa Administrativa como



resposta, continua ainda a proceder ao levantamento completo e estudo de todos os edifícios doados e herdados.

Nos pareceres anteriores, quer do Definitório, quer do Revisor Oficial de Contas, esta situação, foi nos últimos anos assinalada, tendo sido dado como resposta na ocasião pela Mesa Administrativa de que estava a ser feito o levantamento e estudo sobre todos os edifícios doados e herdados.

Efetuada a conferência da quase totalidade dos edifícios e os seus registos matriciais, procedeu-se à sua valorização, tendo sido acordado pelos diversos Órgãos Sociais desta Instituição, nomeadamente a Mesa Administrativa e o Definitório, que, para os edifícios que tinham escritura onde era mencionado o seu valor, este fosse atualizado com o coeficiente da desvalorização da moeda do Banco de Portugal e que para os prédios doados sem valorização, fosse considerado o valor constante no registo matricial.

Esta Instituição, apesar dos seus grandes esforços, ainda continua na busca de todos os registos referentes a doações, testamentos e demais documentação existente, tendo registado já algumas regularizações necessárias ao total esclarecimento e registo final de todas as irregularidades ainda omissas da contabilidade.

Estão em curso regularizações desejadas provenientes das várias negociações com os proprietários ou coproprietários atuais.

É um trabalho que continua bastante complicado e demorado que julgamos ver resolvido, na sua totalidade, no decorrer no próximo ano de 2025, podendo, finalmente proceder, a todas as regularizações contabilísticas urgentemente necessárias.

#### **b) Método de depreciação usado:**

A Instituição amortiza os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método da linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.

No caso dos imóveis doados à SCM Matosinhos e, de acordo com a Portaria 218 de 23 de julho de 2015, as Entidades do setor não lucrativo podem registar a crédito o valor do imóvel na conta 59411 – Doações de Edifícios e anualmente registam na conta 7883 - Imputação de Subsídios e doações de ativos tangíveis a contrapartida das amortizações efetuadas em gastos de forma a que o impacto no resultado líquido dos referidos imóveis seja nulo.

#### **c) Vidas úteis e taxas de depreciação usadas:**

As depreciações do exercício são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de amortização
Edifícios e outras construções	6 – 50	16,66% - 2,00%
Equipamento básico	2 – 8	50,00% - 12,50%
Equipamento de transporte	4 – 5	25,00% - 20,00%
Equipamento administrativo	3 – 10	33,33% - 10,00%
Outros ativos fixos tangíveis	4	25,00%

**d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período**

2024	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 1/1/2024	2.285.362,04€	5.633.971,96€	576.379,29€	191.615,16€	250.457,29€	150.470,02€	1.250.411,30€	10.338.667,06€
Adições	0,00€	0,00€	19.735,17€	0,00€	4.045,45€	873,00€	1.772.526,55€	1.797.180,17€
Transferências e abates (a)	-8.802,50€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-8.802,50€
Saldo em 31/12/2024	2.473.654,17€	5.633.971,96€	596.114,46€	191.615,16€	254.502,74€	151.343,02€	3.022.937,85€	12.127.044,73€
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Saldo em 1/1/2024	436.772,81€	1.752.982,66€	473.842,66€	146.621,12€	192.623,00€	139.171,88€	0,00€	2.825.230,19€
Adições	96.556,95€	44.356,81€	15.227,63€	17.590,62€	2.525,41€	4.570,00€	0,00€	180.827,42€
Transferências e abates (a)	-880,25€	.0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	-880,25€
Saldo em 31/12/2024	532.449,51€	1.797.339,47€	489.070,29€	164.211,74€	195.148,41€	143.741,88€	0,00€	3.321.961,30€
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>1.941.204,66€</b>	<b>3.836.632,49€</b>	<b>107.044,17€</b>	<b>27.403,42€</b>	<b>59.354,33€</b>	<b>7.601,14€</b>	<b>3.022.937,85€</b>	<b>8.805.083,43€</b>

(a) – Abates dos valores referentes à venda, por 6.000,00€, de uma pequena Loja existente no Mercado Londres na Sra. da Hora.

2023	Propriedades de investimento	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos e tangíveis	Ativos fixos em curso	TOTAL
<b>Ativo bruto</b>								
Saldo em 1/1/2023	2.463.237,19€	5.445.537,31€	561.927,82€	152.363,92€	223.361,37€	150.470,02€	461.320,57 €	9.458.218,20 €
Adições	0,00€	10.559,50	14.451,47€	39.251,24€	27.095,92€	0,00€	789.090,73 €	880.448,66 €
Transferências e abates	-177.875,15€	177.875,15€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00 €	0,00 €
Saldo em 31/12/2023	2.285.362,04€	5.633.971,96 €	576.379,29 €	191.615,16 €	250.457,29 €	150.470,02€	1.250.411,30 €	10.338.667,06 €
<b>Depreciações acumuladas</b>								
Saldo em 1/1/2023	2.463.237,19€	1.708.074,38€	461.267,51€	125.344,19€	191.361,19€	134.820,13€	0,00€	2.980.897,21 €
Adições	0,00€	44.908,28€	12.575,15€	21.276,93€	1.271,81€	4.351,75€	0,00€	181.116,92 €
Transferências e abates	-177.875,15€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00€	0,00 €
Saldo em 31/12/2023	436.772,81€	1.752.982,66 €	473.842,66€	146.621,12 €	192.623,00 €	139.171,88 €	0,00€	3.142.014,13 €
<b>VALOR LÍQUIDO</b>	<b>1.848.589,23€</b>	<b>3.880.989,30€</b>	<b>102.536,63</b>	<b>44.994,04</b>	<b>57.834,29</b>	<b>11.298,14</b>	<b>1.250.411,30 €</b>	<b>7.196.652,93 €</b>

Os valores dos investimentos em curso nos Ativos Fixos em Curso e em Propriedades de Investimento no ano de 2024 estão relacionados com a remodelação de edifícios arrendados e a construção de novos equipamentos a saber:

**Construção Nova - ERPI - Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, na rua Engº Fernando Cayolla, em Matosinhos (LAR II de Terceira Idade do Senhor do Bom Jesus de Matosinhos . . . . . 2.382.467,10€;**

**Construção Nova LAR I – Lar da Terceira Idade e Centro de Dia da Misericórdia de Matosinhos, Gaveto da Rua da Misericórdia com a Rua Manuel Seabra, em Matosinhos : 287.577,76€ ;**

**Nova Creche – Gaveto da Rua Augusto Gomes com a Rua Fernando Cayola: 45.202,50€;**

**Prédios Arrendados; Grandes Reparações: 107.766,88€ e Remodelações; 71.474,87€; Total: 179.241,75€**

**Reparação de Edifícios; Centro de Dia: 21.506,03€; Museu: 73.732,71€ e O Paraíso: 33.210,00€;**

1.7 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de custo de outros ativos durante o período:

Ativos tangíveis	Depreciação reconhecida nos resultados
Propriedades de investimento	96.556,95€
Edifícios e outras construções	44.356,81€
Equipamento básico	15.227,63€
Equipamento de transporte	17.590,62€
Equipamento administrativo	2.525,41€
Outros ativos fixos tangíveis	4.570,00€
<b>TOTAL</b>	<b>180.827,42€</b>

1.8 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Propriedades de investimento	533.329,76€	436.772,81€
Propriedades investimento-abate	-880,25€	0,00€
Edifícios e outras construções	1.797.339,47€	1.752.982,66€
Equipamento básico	489.070,29€	473.842,66€
Equipamento de transporte	164.211,74€	146.621,12€
Equipamento administrativo	195.148,41€	192.623,00€
Outros ativos tangíveis	143.741,88€	139.171,88€
<b>TOTAL</b>	<b>3.321.961,30€</b>	<b>3.142.014,13€</b>

**Custos de empréstimos obtidos**

1.9 Política contabilística adotada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos, exceto nos casos em que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, caso em que são capitalizados como parte do custo desse ativo.

**Inventários**

1.10 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo ou ao valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes. Os custos de conversão incluem os custos diretamente relacionados com as unidades de produção, tais como mão-de-obra direta. Também incluem uma imputação sistemática de gastos gerais de produção fixos e variáveis que sejam incorridas matérias em bens acabados. A imputação de gastos gerais de produção é baseada na capacidade normal das instalações de produção.

A Instituição valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio do custo médio ponderado, a qual pressupõe que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período e do custo de itens semelhantes comprados ou produzidos durante o período.

#### 1.11 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia escriturada dos inventários discriminava-se da seguinte forma:

Inventários	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias	36.686,36€	23.583,81€
<b>TOTAL</b>	<b>36.686,36€</b>	<b>23.583,81€</b>

#### 1.12 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

O valor dos inventários reconhecidos como um gasto durante o exercício foi como se segue:

2024	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	23.583,81€	0,00€	23.583,81€
Perdas por imparidade em existência	0,00€	0,00€	0,00€
Compras	22.404,49€	182.326,92€	204.731,41€
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	36.686,36€	0,00€	36.686,36€
<b>GASTO DO PERÍODO</b>	<b>9.301,94€</b>	<b>182.326,92€</b>	<b>191.628,86€</b>

2023	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	20.089,11€	0,00€	20.089,11€
Perdas por imparidade em existência	0,00€	0,00€	0,00€
Compras	7.232,00€	173.475,10€	180.797,10€
Reclassificação e regularização de inventários	0,00€	0,00€	0,00€
Inventário final	23.583,81€	0,00€	23.583,81€
<b>GASTO DO PERÍODO</b>	<b>3.827,30€</b>	<b>173.475,10€</b>	<b>177.302,40€</b>

#### Réditos

#### 1.13 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do crédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Instituição reconhece os créditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) **Vendas** - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos créditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.
- b) **Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.
- c) **Juros** - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.
- d) **Royalties** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante.

**1.14 Quantia de cada categoria significativa de crédito reconhecida durante o período incluindo o crédito proveniente de:**

	31/12/2024	31/12/2023
Vendas de mercadorias	10.497,02€	7.786,22€-
Prestações de serviços	662.740,53€	714.115,30€
Rendas de imóveis	713.809,75€	635.127,23€
Juros	16.358,33€	0,00€
<b>TOTAL</b>	<b>1.403.405,63 €</b>	<b>1.387.028,75€</b>

**Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes**

**1.15 Provisões**

A Instituição reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado; seja provável que um ex fluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Neste exercício efetuaram-se algumas utilizações das provisões de anos anteriores, inscritas nos quadros abaixo indicados, na coluna "utilização", a saber:

**Pessoal:** Utilizações no exercício de 2023 e 2022: 35.284,96€ (2022: 90.591,22€), decorrente de pagamentos efetuados em 2023 e 2022. O valor remanescente refere-se a um processo em tribunal interposto por uma funcionária e que se prevê desfavorável para a Entidade.

Descrição	Saldo 2023	Constituição	Utilizações e Reversões	Saldo 2024
Processos em curso:				
Pessoal	24.289,18€	0,00€	-24.289,18	0,00€
Inquilino	10.000,00€	0,00€	0,00€	10.000,00€
<b>TOTAL</b>	<b>34.289,18€</b>	<b>0,00€</b>	<b>-24.289,18€</b>	<b>10.000,00€</b>

Descrição	Saldo 2022	Constituição	Utilizações e Reversões	Saldo 2023
Processos em curso:				
Pessoal	59.574,14€	0€	-35.284,96€	24.289,18€
Inquilino	10.000,00€	0€	0€	10.000,00€
<b>TOTAL</b>	<b>69.574,14€</b>	<b>0€</b>	<b>-35.284,96€</b>	<b>34.289,18€</b>

Neste exercício procedeu-se à reversão do valor de 10.280,06€, tendo-se efetuado a utilização da restante verba, no valor de 14.009,12€, na resolução dos processos judiciais em curso relativos a pessoal, restando sólamente a provisão do processo judicial em curso com um inquilino no valor de 10.000,00€.

**Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do Governo**

**1.16 Políticas contabilísticas adotadas:**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Instituição cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa

base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso do subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios do Governo reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração) são reconhecidos como rendimentos do próprio exercício, exceto nos casos em que se destinem a financiar déficits de exploração de exercícios futuros, caso em que imputam aos referidos exercícios.

#### 1.17 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

A 31 de Dezembro de 2024, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades públicas:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	2.373.911,64€
IEFP	Relacionado com rendimentos	19.050,51€
Câmara de Matosinhos (a)	Relacionado com rendimentos	20.000,00€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	6.009,76€
<b>TOTAL</b>		<b>2.418.971,91€</b>

(a) Subsídio concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos de forma de ressarcir parte dos gastos tidos com equipamento adquirido para a escola da Biquinha.

A 31 de Dezembro de 2023, a Instituição reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo e de outras entidades públicas:

Descrição do subsídio	Natureza	Demonstração de resultados
Segurança Social	Relacionado com rendimentos	1.669.382,54€
IEFP	Relacionado com rendimentos	34.127,68€
Câmara de Matosinhos (a)	Relacionado com rendimentos	14.343,00€
Doações, heranças e donativos	Relacionado com rendimentos	7.943,42€
<b>TOTAL</b>		<b>1.725.796,64€</b>

(a) Subsídio concedido pela Câmara Municipal de Matosinhos de forma de ressarcir parte dos gastos tidos com equipamento adquirido para a escola da Biquinha.

#### Acontecimentos após a data do balanço

##### 1.18 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em 17 de março de 2025. No entanto, poderá a Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

##### 1.19 Acontecimentos após a data do balanço

Não são conhecidos quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras relativas a 31 de dezembro de 2024.

## Instrumentos financeiros

### 1.20 Bases de mensuração

É política da Instituição reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Instituição mensura ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante, não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Os contratos para conceder ou contrair empréstimo em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

Todos os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos qualquer perda de imparidade são mensurados ao justo valor.

A Instituição não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro que seja mensurado ao justo valor com contrapartida em resultados.

Enquanto a Instituição for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não será alterada.

#### Ativos e passivos financeiros

##### Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Instituição detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidades:

	2024 Quantia escriturada	2023 Quantia escriturada
Créditos a receber gerais	3.467,60€	1.287,73€
Créditos a receber inquilinos	3.878,99€	3.433,62€
Créditos a receber utentes	3.582,08€	25.989,90€
Créditos a receber Outros	20.593,28€	299,40€
Perdas por imparidade	-3.628,20€	0,00€
<b>Créditos a receber</b>	<b>27.893,75€</b>	<b>32.246,15€</b>
Devedores por acréscimos de rendimentos	241.007,08€	238.517,22€
<b>Outros ativos correntes</b>	<b>241.007,08€</b>	<b>240.395,18€</b>
<b>Diferimentos – Gastos a reconhecer</b>	<b>83.453,08€</b>	<b>26.720,97€</b>
<b>TOTAL</b>	<b>352.353,91€</b>	<b>299.362,30€</b>

No período findo em 31 de dezembro de 2024 foram criadas imparidades para os saldos duvidosos de clientes e utentes, no valor de 3.628,20€, por se considerar que existem saldos em mora cuja realização é duvidosa.

No que respeita aos acréscimos de rendimentos, incluído em "Outros ativos correntes", esta rubrica inclui, essencialmente, os apoios concedidos pela Segurança Social relacionados com a compensação salarial das educadoras e de outros créditos de abonos referentes aos acordos, previstos para o ano letivo de 2023/2024 no valor total de 237.789,46€.

### Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a Instituição detinha os seguintes passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:

	2024 Quantia escriturada	2023 Quantia escriturada
<b>Fornecedores, c/ gerais</b>	<b>41.095,95€</b>	<b>38.407,89€</b>
<b>Fornecedores, imobilizado</b>	<b>7.331,05€</b>	<b>5.955,55€</b>
<b>Estado e o. entes públicos</b>	<b>158.830,11€</b>	<b>60.413,27€</b>
<b>Remunerações a liquidar (a)</b>	<b>401.385,48€</b>	<b>375.925,04€</b>
Pessoal – Acordos / Rescisão	11.860,00€	40.500,00€
Outros acréscimos de gastos	42.289,99€	4.630,89€
Credores diversos (b)	950.000,00€	33.404,21€
<b>Outros passivos correntes</b>	<b>1.004.149,99€</b>	<b>454.460,14€</b>
	<b>1.612.792,58€</b>	<b>559.236,65€</b>

A rubrica "Remunerações a liquidar" contém os seguintes valores:

(a) Férias e encargos com férias | 401.385,48€ | 375.925,04€

(b) O valor de 950.000,00€ corresponde ao adiantamento efetuado pelo comprador, até à data de 31.12.2024, para a compra do prédio que a Instituição possui na Rua de Brito e Cunha em Matosinhos e cuja venda total irá ser pelo valor de 1.200.00,00€, e cuja escritura se deverá efetuar em março de 2025.

### 1.21 Benefícios de curto prazo

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, os gastos com o pessoal apresentavam a seguinte composição:

	2024	2023
Remunerações do pessoal	2.192.401,07€	2.069.902,23€
Indemnizações (acordos)	7.000,00€	18.940,95€
Encargos sobre remunerações	454.819,17€	419.639,67€
Seguros de acidentes de trabalho	74.316,29€	20.099,58€
Outros	8.449,99€	12.745,19€
<b>TOTAL</b>	<b>2.736.986,52€</b>	<b>2.543.350,62€</b>

O número médio de pessoas em 2024 foi de 141 (2023 141).

## Outras informações

### 14.1 Estados e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é o seguinte:

	2024	2023
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o rendimento	376,00€	1.109,72€
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00€	583,92€
	<b>376,00 €</b>	<b>1.693,64€</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	11.625,33€	11.635,62€
Contribuições para a Segurança Social	48.803,25€	48.769,30€
I.V.A.	98.401,53€	8.35€
	<b>158.830,11€</b>	<b>60.413,27€</b>

### 14.2 Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos

As vendas e prestações de serviços em 2024 e 2023 distribuíram-se da seguinte forma:

	2024	2023
<b>Vendas e prestações de serviços</b>		
Mercado interno	673.237,55€	721.901,52€
Mercado externo	0,00€	0,00€
	<b>673.237,55€</b>	<b>721.901,52€</b>

Em 2024, o valor inclui vendas de mercadorias de 10.497,02€.

	2024	2023
<b>Prestações de serviços</b>		
Matrículas e mensalidades – utilizadores	637.960,95€	597.275,17€
Serviços secundários	13.319,58€	62.837,08€
Quotizações e joias	11.380,00€	14.431,00€
Outros	80,00€	39.572,05€
	<b>662.740,53€</b>	<b>714.115,30€</b>

A redução do montante de matrículas e mensalidades em 2024 deverá ser analisado com a variação positiva dos serviços secundários que incluem atividades extracurriculares.

### 14.3 Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no período de 2024 e 2023 a seguinte composição:

	2024	2023
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		
Subcontratos	46.631,33€	45.419,94€
Serviços especializados: Trabalhos especializados	26.377,38€	28.185,43€
Serviços especializados: Conservação e reparação	158.524,13€	150.852,84€
Serviços especializados: Honorários	69.296,10€	61.133,07€
Serviços especializados: outros	14.356,80€	9.946,71€
Materiais	20.700,11€	22.506,81€
Energia e fluídos	139.593,92€	107.094,18€
Deslocações, estadas e transportes	5.992,61€	3.376,32€
Serviços diversos: Rendas e alugueres (equip.tos)	9.295,57€	7.253,94€
Serviços diversos: Limpeza e higiene e conforto	42.995,96€	39.875,81€
Serviços diversos: Contencioso e notariado	5.878,25€	819,70€
Serviços diversos: Comunicação	10.018,05€	9.171,13€
Serviços diversos: Seguros	12.710,91€	16.067,40€
Serviços diversos	35.175,51€	30.990,11€
	<b>597.546,63€</b>	<b>532.693,39€</b>

#### 14.4 Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no período de 2024 e 2023 a seguinte composição:

	2024	2023
<b>Outros gastos e perdas</b>		
Impostos e taxas	2.642,45€	2.522,50€
Gastos e perdas com investimentos financeiros	70,36€	35,18€
Quotizações e donativos	1.854,99€	840,00€
Custos com apoios financeiros concedidos	2.470,40€	1.055,00€
Correções relativas a períodos anteriores (a)	15.159,29€	6.169,51€
Outros	1.922,25€	500,00€
	<b>24.119,74 €</b>	<b>11.022,19€</b>

(a) Inclui em 2023 a verba de 3.154,14€ e em 2024: 9.564,35€) referente a regularizações de subsídios da Segurança Social do ano anterior

#### 14.5 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no período de 2024 e 2023 a seguinte composição:

	2024	2023
<b>Outros rendimentos e ganhos</b>		
Descontos de pronto pagamento obtidos	184,42€	138,20€
Rendas e outros rendimentos em propriedade	713.809,75€	665.127,23€
Outros Rendimentos e ganhos nos restantes ativos não financeiros	10.044,18€	14.490,00€
Correções relativas a períodos anteriores a)	46.526,40€	26.096,65€
Restituição de impostos	8.920,35€	4.340,35€
Imputação subsídios e doações em amortizações do exercício b)	96.159,57€	91.288,32€
Cedência de energia e espaços para festas	29.252,33€	0,00€
Juros Obtidos	271,04€	0,00€
Outros	0,00€	35.364,81€
	<b>905.168,04 €</b>	<b>836.845,56€</b>

(a) Inclui a verba de 33.108,49€ relativos a Subsídios referentes aos acordos da Segurança Social referentes ao mês de dezembro de 2024.

(b) De acordo com a Portaria 218/2015 de 14 de março, as ENSL podem contabilizar na conta 7883 - Imputação de subsídios/doações para investimentos, o valor relativo às doações de ativos tangíveis que foram doados à instituição. Deste modo, de acordo com o preconizado na referida Portaria, as doações associadas a ativos depreciáveis /amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica "Outros rendimentos - Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

#### 14.6 Financiamentos

A rubrica Financiamentos tem no período de 2024 e 2023 a seguinte composição:

	2024	2023
<b>Financiamentos</b>		
Banco Montepio – (médio prazo)	483.373,83€	0,00€
	<b>483.373,83€</b>	<b>0,00€</b>
<b>Juros pagos</b>		
Juros de financiamento	21.708,46€	0,00€
	<b>21.708,46€</b>	<b>0,00€</b>

#### 14.7 Garantias prestadas



Os financiamentos obtidos pela Instituição, referidos no ponto 14.6 não se encontram garantidos com qualquer constituição de hipoteca sobre imóveis.

#### **Passivos contingentes**

A Mesa, com base na opinião do advogado sobre os processos em curso a 31 de Dezembro de 2024, considera que, como salvaguarda futura, deverá ser mantida a provisão no montante de 10.000,00€, referente ao processo judicial em curso com o inquilino.

#### **Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos estipulados por lei.

#### **Acontecimentos após a data do balanço**

A Mesa Administrativa afirma que não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2024 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2024.

Matosinhos, 17 de março de 2025

O Contabilista Certificado

Manuel F.M. Moreira

6 – Resultados por valências e outras atividades

RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO / VALÊNCIAS - ANO 2024

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

CONTAS		PARAÍSO			TOTAL
Nº	NOMES	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	A. T. L.	
<b>6 GASTOS E PERDAS</b>					
61	Custos Mercadorias e Materiais primas	14 100,56	23 500,94	9 400,38	47 001,88
612	Gêneros alimentícios	14 100,56	23 500,94	9 400,38	47 001,88
62	Fornecimentos e serviços externos	44 704,70	40 535,44	14 383,40	99 623,54
621	Subcontratos	7 764,03	8 734,40	2 911,50	19 409,93
622	Serviços especializados	13 807,12	15 406,44	5 328,85	34 542,41
623	Materiais	2 169,01	2 504,80	995,10	5 668,91
624	Energia e fluidos	5 868,93	6 873,93	1 915,98	14 658,84
625	Deslocações e transportes	217,04	1 256,67	1 318,89	2 792,60
626	Serviços diversos	14 878,57	5 759,20	1 913,08	22 550,85
63	Gastos com o pessoal	274 805,98	310 908,64	104 121,42	689 836,04
632	Remunerações com o pessoal	223 279,75	251 200,66	83 733,50	558 213,91
635	Encargos sobre remunerações	43 730,23	51 037,48	16 872,42	111 640,13
636	Seguros de acidentes trabalho	7 312,00	8 226,00	3 134,00	18 672,00
638	Outros gastos com o pessoal	484,00	444,50	381,50	1 310,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	2 283,50	2 568,95	856,32	5 708,77
642	De ativos fixos tangíveis	2 283,50	2 568,95	856,32	5 708,77
65	Imparidades	35,43	496,30	0,00	531,73
68	Outros gastos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
6881	Retroativos pessoal (educadoras 2016)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total de gastos e perdas</b>		335 930,17	378 010,27	128 761,52	842 701,96
<b>7 RENDIMENTOS</b>					
72	Prestações de serviços	28 626,69	145 888,39	46 546,60	221 061,68
721	Matrículas e mensalidades dos utentes	28 626,69	144 097,39	46 546,60	219 270,68
725	Serviços secundários	0,00	1 791,00	0,00	1 791,00
75	Subsídios, doações e legados à exploração	262 805,83	312 304,89	16 799,33	591 910,05
7511	Subsídios do estado - Acordos S.Social	262 805,83	312 304,89	16 799,33	591 910,05
753	Donativos diversos	0,00	0,00	0,00	0,00
78	Outros rendimentos e ganhos	826,24	2 484,18	0,00	3 310,42
<b>Total dos rendimentos e ganhos</b>		292 258,76	460 677,46	63 345,93	816 282,15
<b>Resultado líquido</b>		-43 671,41	82 667,19	-65 415,59	-26 419,81



**RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO / VALENCIAS - ANO 2024**  
**IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS**

CONTAS		CENTRO INFANTIL			TOTAL
Nº	NOMES	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	A.T.L.	
6	<b>GASTOS E PERDAS</b>				
61	<b>Custos Mercadorias e Materiais pr</b>	<b>20 413,00</b>	<b>25 515,46</b>	<b>5 104,00</b>	<b>51 032,46</b>
612	Matrículas, subsidiárias e de cons	20 413,00	25 515,46	5 104,00	51 032,46
62	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>61 585,02</b>	<b>49 598,87</b>	<b>13 625,76</b>	<b>124 809,65</b>
621	Subcontratos	7 434,15	5 947,32	1 486,83	14 868,30
622	Serviços especializados	24 011,44	20 452,01	5 595,32	50 058,77
623	Materiais	2 563,10	2 102,60	544,40	5 210,10
624	Energia e fluidos	12 011,28	10 805,68	2 981,27	25 798,23
625	Deslocações, estadas e transportes	399,93	666,55	266,62	1 333,10
626	Serviços diversos	15 165,12	9 624,71	2 751,32	27 541,15
63	<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>442 263,66</b>	<b>351 382,69</b>	<b>88 452,94</b>	<b>882 099,29</b>
632	Remunerações com o pessoal	356 774,76	282 827,62	71 067,00	710 669,38
635	Encargos sobre remunerações	73 114,62	58 724,52	14 681,16	146 520,30
636	Seguros acidentes trabalho	11 607,46	9 286,05	2 323,28	23 216,79
638	Outros gastos com o pessoal	766,82	544,50	381,50	1 692,82
64	<b>Gastos de depreciação e de amortização</b>	<b>6 520,89</b>	<b>5 216,64</b>	<b>1 304,16</b>	<b>13 041,69</b>
642	De ativos fixos tangíveis	6 520,89	5 216,64	1 304,16	13 041,69
65	<b>Imparidades</b>	<b>0,00</b>	<b>737,90</b>	<b>0,00</b>	<b>737,90</b>
68	<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>7 346,14</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 346,14</b>
6881	Exercícios anteriores-Retroativos pessoal	7 346,14	0,00	0,00	7 346,14
	<b>Total de gastos e perdas</b>	<b>538 128,71</b>	<b>432 451,56</b>	<b>108 486,86</b>	<b>1 079 067,13</b>
	<b>RENDIMENTOS</b>				
72	<b>Prestações de serviços</b>	<b>23 301,82</b>	<b>112 309,95</b>	<b>43 850,10</b>	<b>179 461,87</b>
721	Matrículas e mensalidades dos utentes	23 301,82	110 450,45	43 850,10	177 602,37
725	Serviços secundários	0,00	1 859,50	0,00	1 859,50
75	<b>Subsídios, doações e legados à entidade</b>	<b>422 196,50</b>	<b>251 695,10</b>	<b>30 241,23</b>	<b>704 132,83</b>
7511	Subsídios do estado e outras entidades públicas	422 196,50	242 215,78	30 241,23	694 653,51
7512	Subsídios outras entidades - I.E.F.P.	0,00	9 479,32	0,00	9 479,32
76	<b>Reversões de Provisões</b>	<b>0,00</b>	<b>10 280,06</b>	<b>0,00</b>	<b>10 280,06</b>
78	<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>8 837,28</b>	<b>12 319,05</b>	<b>3 791,99</b>	<b>24 948,32</b>
7881	Correções exercícios anteriores	653,93	3 689,68	0,00	4 343,61
7883	Imputração Subsídios doações	4 615,21	4 615,21	2 307,59	11 538,01
7888	Outros rendimentos e ganhos	3 568,14	4 014,16	1 484,40	9 066,70
	<b>Total dos rendimentos e ganhos</b>	<b>454 335,60</b>	<b>376 324,10</b>	<b>77 883,32</b>	<b>918 823,08</b>
	<b>Resultado líquido</b>	<b>-83 793,11</b>	<b>-56 127,46</b>	<b>-30 603,54</b>	<b>-160 244,05</b>

RESULTADOS POR CENTRO DE CUSTO / VALENCIAS - ANO 2024				
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS				
CONTAS		BIQUINHA		TOTAL
Nº	NOMES	CRECHE	PRÉ-ESCOLAR	
6	<b>GASTOS E PERDAS</b>			
61	<b>Custos Mercadorias e Materiais prim</b>	12 958,39	19 437,60	32 395,99
612	Géneros alimentícios	12 958,39	19 437,60	32 395,99
62	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	71 480,76	33 586,34	105 067,10
621	Subcontratos	7 382,10	3 975,00	11 357,10
622	Serviços especializados	33 571,84	12 627,19	46 199,03
623	Materiais	3 786,68	1 895,62	5 682,30
624	Energia e fluidos	14 183,82	10 843,93	25 027,75
625	Deslocações, estadas e transportes	148,40	222,60	371,00
626	Serviços diversos	12 407,92	4 022,00	16 429,92
63	<b>Gastos com o pessoal</b>	380 905,80	206 141,31	587 047,11
632	Remunerações com o pessoal	305 175,39	164 326,30	469 501,69
635	Encargos sobre remunerações	64 317,04	35 320,26	99 637,30
636	Seguros acidentes do pessoal	9 929,30	6 110,00	16 039,30
638	Outros gastos com o pessoal	1 484,07	384,75	1 868,82
64	<b>Gastos de depreciação e de amortiz</b>	743,90	400,57	1 144,47
642	De ativos fixos tangíveis	743,90	400,57	1 144,47
65	<b>Imparidades</b>	0,00	339,00	339,00
68	<b>Outros gastos e perdas</b>	2 725,23	0,00	2 725,23
6881	Correções de exercícios anteriores	2 725,23	0,00	2 725,23
	<b>Total de gastos e perdas</b>	468 814,08	259 565,82	728 379,90
7	<b>RENDIMENTOS</b>			
72	<b>Prestações de serviços</b>	28 170,25	68 304,32	96 474,57
721	Matriculas e mensalidades dos utente	28 170,25	65 554,82	93 725,07
725	Serviços secundários	0,00	2 749,50	2 749,50
75	<b>Subsídios, doações e legados à exp</b>	450 263,08	134 632,21	584 895,29
7511	Subsídios estado -Acordos Seguranç	440 263,08	124 632,21	564 895,29
75115	Subsídios Outras Entidades - C.M.M	10 000,00	10 000,00	20 000,00
78	<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	0,00	4 272,00	4 272,00
	Correções de exercícios anteriores	0,00	4 272,00	4 272,00
	<b>Total dos rendimentos e ganhos</b>	478 433,33	207 208,53	685 641,86
	<b>Resultado líquido</b>	9 619,25	-52 357,29	-42 738,04

**RESULTADOS POR CENTROS DE CUSTO / VALÊNCIAS - ANO 2024**  
**IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS**

CONTAS		INTERNATO PIJOVENS	CENTRO DE DIA 3 <sup>a</sup> IDADE	APOIO DE IRMÃOS AO DOMICÍLIO
Nº	NOMES			
6	<b>GASTOS E PERDAS</b>			
61	Custos Mercadorias e Materiais pr	20 816,29	27 051,77	3 514,84
611	Géneros alimentícios	20 816,29	27 051,77	3 514,84
62	Fornecimentos e serviços externos	48 726,15	38 198,01	3 889,11
621	Subcontratos	0,00	966,00	0,00
622	Serviços especializados	15 839,39	16 738,37	258,72
623	Materiais	1 003,05	596,38	151,99
624	Energia e fluidos	16 885,12	9 575,53	2 146,54
625	Deslocações, estadas e transportes	1 221,55	0,00	202,36
626	Serviços diversos	13 777,04	10 321,73	1 129,50
63	Gastos com o pessoal	263 065,08	114 704,61	37 630,58
632	Remunerações com o pessoal	210 302,70	85 286,61	30 147,68
635	Encargos sobre remunerações	43 762,85	18 567,79	6 451,34
636	Seguros acidentes de trabalho	7 735,31	3 171,56	929,56
638	Outros gastos com o pessoal	1 264,22	7 678,65	102,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	14 300,25	18 450,28	1 580,00
642	De ativos fixos tangíveis	14 300,25	18 450,28	1 580,00
65	Perdas por imparidade	0,00	871,00	0,00
6511	Em dívidas a receber-Utentes	0,00	871,00	0,00
68	Outros gastos e perdas	1 000,00	0,00	7,50
688	Outros gastos e perdas	1 000,00	0,00	7,50
	<b>Total de gastos e perdas</b>	<b>347 907,77</b>	<b>199 275,67</b>	<b>46 622,03</b>
7	<b>RENDIMENTOS</b>			
72	Prestações de serviços	0,00	111 660,83	35 702,00
721	Mensalidades e serviços	0,00	111 660,83	35 702,00
725	Serviços secundários	0,00	0,00	0,00
75	Subsídios, doações e legados à entidade	462 814,39	64 822,99	4,00
751	Subsídios do estado - S.Social	457 884,80	64 567,99	0,00
753	Donativos	4 929,59	255,00	4,00
78	Outros rendimentos e ganhos	36 561,46	10 697,65	0,00
782	Descontos p.pag.to obtidos	39,59	0,00	0,00
7881	Correções exercícios anteriores	12 201,30	884,84	0,00
7883	Imputação de Doações ativos fixos	24 320,57	9 812,81	0,00
	<b>Total dos rendimentos e ganhos</b>	<b>499 375,85</b>	<b>187 181,47</b>	<b>35 706,00</b>
	<b>Resultado líquido</b>	<b>151 468,08</b>	<b>-12 094,20</b>	<b>-10 916,03</b>



RESULTADOS POR CENTROS DE CUSTO / OUTRAS ATIVIDADES ANO 2024  
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS

CONTAS		UNIDADE DE DIAGNÓSTICO		TOTAL
Nº	NOMES	SAÚDE	PARQUE AUTO	
6	<b>GASTOS E PERDAS</b>			
61	<b>Custos Mercadorias e Materiais primários</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
611	Mercadorias	0,00	0,00	0,00
62	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>56 281,14</b>	<b>11 452,17</b>	<b>67 733,31</b>
621	Subcontratos	0,00	0,00	0,00
622	Serviços especializados	10 132,87	5 591,32	15 724,19
623	Materiais	349,90	87,50	437,40
624	Energia e fluidos	41 692,34	0,00	41 692,34
626	Serviços diversos	4 106,03	5 773,35	9 879,38
63	<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>37 961,82</b>	<b>2 661,60</b>	<b>40 623,42</b>
632	Remunerações com o pessoal	29 918,40	2 120,00	32 038,40
635	Encargos sobre remunerações	6 228,82	445,20	6 674,02
636	Seguros acidentes trabalho	972,13	96,40	1 068,53
638	Outras despesas com o pessoal	842,47	0,00	842,47
64	<b>Gastos de depreciação e de amortização</b>	<b>41 061,29</b>	<b>0,00</b>	<b>41 061,29</b>
642	De ativos fixos tangíveis	41 061,29	0,00	41 061,29
68	<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>562,50</b>	<b>0,00</b>	<b>562,50</b>
6812	Impostos indiretos	562,50	0,00	562,50
69	<b>Gastos de financiamento</b>	<b>0,00</b>	<b>1 177,03</b>	<b>1 177,03</b>
	<b>Total de gastos e perdas</b>	<b>135 866,75</b>	<b>15 290,80</b>	<b>151 157,55</b>
7	<b>RENDIMENTOS</b>			
72	<b>Prestações de serviços</b>	<b>0,00</b>	<b>6 919,58</b>	<b>0,00</b>
725	Serviços secundários	0,00	6 919,58	0,00
75	<b>Subsídios, doações e legados á exp.</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
7531	Donativos	0,00	0,00	0,00
78	<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>104 468,02</b>	<b>190,20</b>	<b>104 658,22</b>
787	Rendimentos e ganhos em investimento	104 104,29	0,00	104 104,29
788	Outros ganhos	363,73	190,20	553,93
	<b>Total dos rendimentos e ganhos</b>	<b>104 468,02</b>	<b>7 109,78</b>	<b>104 658,22</b>
	<b>Resultado líquido</b>	<b>-31 398,73</b>	<b>-8 181,02</b>	<b>-46 499,33</b>

RESULTADOS POR CENTROS DE CUSTO / VALÊNCIAS - ANO 2024				
IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS				
CONTAS		MUSEU	LOJA CASA DOS MILAGRES	PROPRIEDADES INVESTIMENTOS
Nº	NOMES			
6	<b>GASTOS E PERDAS</b>			
61	<b>Custo mercadorias</b>	503,39	9 312,24	0,00
62	<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	13 917,59	1 676,96	93 905,21
621	Subcontratos	0,00	0,00	30,00
622	Serviços especializados	12 369,29	302,46	76 521,78
623	Materiais	368,56	82,50	1 498,92
624	Energia e fluidos	158,50	455,00	3 196,07
625	Deslocações, estadas e transportes	0,00	0,00	72,00
626	Serviços diversos	1 021,24	837,00	12 586,44
63	<b>Gastos com o pessoal</b>	29 450,70	28 235,99	64 293,70
632	Remunerações com o pessoal	23 450,30	22 371,93	50 418,47
635	Encargos sobre remunerações	5 079,88	4 842,53	11 643,03
636	Seguros acidentes no trabalho	845,52	830,92	1 806,80
638	Outras despesas com o pessoal	75,00	190,61	425,40
64	<b>Gastos de depreciação e de amortização</b>	4 241,82	2 747,28	78 551,57
642	De ativos fixos tangíveis	4 241,82	2 747,28	78 551,57
65	<b>Imparidades</b>	0,00	0,00	1 184,00
68	<b>Outros gastos e perdas</b>	70,36	0,00	12 372,58
69	<b>Gastos de Financiamento</b>	0,00	0,00	20 531,43
	<b>Total de gastos e perdas</b>	48 183,86	41 972,47	270 838,49
7	<b>RENDIMENTOS</b>			
71	<b>Vendas de mercadorias</b>	0,00	10 497,02	0,00
72	<b>Prestações de serviços</b>	11 460,00	0,00	0,00
7221	Quotizações de Irmãos	11 460,00	0,00	0,00
75	<b>Subsídios, doações à exploração</b>	0,00	221,17	10 171,19
78	<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	11 334,39	5 250,00	704 135,58
7873	Rendas e outros rendimentos - rendimento	0,00	0,00	620 392,79
7878	Outros rendimentos e ganhos	7 560,00	5 250,00	18 834,52
7883	Imputação subsídios e doações p/IR	3 774,39	0,00	53 583,06
7881	Correções de exercícios anteriores	0,00	0,00	11 325,21
79	Juros e outros rendimentos similares	0,00	0,00	16 358,33
	<b>Total dos rendimentos e ganhos</b>	22 794,39	15 968,19	730 665,10
	<b>Resultado líquido</b>	-25 389,47	-26 004,28	459 826,61



7 – Parecer do revisor oficial de contas

8 - Parecer do definitório

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 10.851.777,73 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.745.611,32 euros, incluindo um resultado líquido de 267.570,06 euros a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas).

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro, e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

A Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos concluiu durante o ano de 2019 a inventariação física de uma parte dos seus imóveis. Como resultado desse trabalho e da sua reconciliação com os registos contabilísticos à data. Nessa data foi efetuada a sua relevação contabilística, da qual resultou um impacto no ativo (nas rúbricas de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis) e fundos patrimoniais no montante de 3.504.542 euros. Ainda está em curso a inventariação e respetiva conciliação contabilística de bens imóveis e outros ativos fixos tangíveis, pelo que não estamos em condições de emitir opinião sobre o montante das rúbricas de propriedades de investimento e ativos fixos tangíveis, bem como o eventual efeito na rúbrica de fundos patrimoniais do reconhecimento desses ativos.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

## **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria como o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com

acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

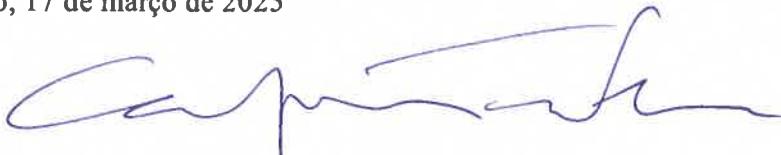
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 17 de março de 2025



*Rodrigo Carvalho, Virgílio Macedo e Associado, SROC, Lda.*

*Representada por*

*Carlos Manuel Teixeira Ferreira, ROC nº 1842*

*Inscrito na CMVM sob o nº 2017023*



*João  
Baptista  
a-1  
6m*

**SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO BOM JESUS DE MATOSINHOS**  
**CONTAS E RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO**  
**PARECER DO DEFINITÓRIO**

Aos vinte e sete dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, reuniu o Definitório da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos, com a presença do presidente, Doutor Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa, do vice-presidente, Prof. António Cunha e Silva, e da Secretária, D. Maria Manuela Costa Braga, tendo-se debruçado sobre o encerramento das contas e o Relatório de Atividades de dois mil e vinte e quatro, que mereceram o seguinte parecer:-----

Ponto um – O Definitório aprova as contas, o relatório de atividades e a proposta de aplicação de resultados do ano de dois mil e vinte e quatro, tal como lhe foram apresentados, que se traduzem num resultado positivo de duzentos e sessenta e sete mil quinhentos e setenta euros e seis cêntimos, resultado esse que é superior ao do ano anterior em noventa e sete mil novecentos e vinte e seis euros e sessenta e cinco cêntimos, aumento este que se deve, principalmente, ao aumento dos subsídios recebidos. Merece também referência a diminuição das vendas e serviços prestados, (quarenta e oito mil seiscentos e sessenta e três euros e noventa e sete cêntimos).-----

Apesar do exposto, o Definitório não deixa de salientar o crescimento elevado dos gastos com o pessoal (cento e noventa e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito euros e noventa cêntimos), pelo segundo ano consecutivo, tanto mais que são despesas que se refletirão em anos futuros. -----

Ponto dois – Continua a recomendar a manutenção da política visando a fiabilidade dos registos contabilísticos, nomeadamente no que respeita à contabilização do imobilizado, cuja real extensão ainda não está completamente apurada. -----

Ponto três – Os problemas quanto à exploração deficitária da Unidade de Diagnóstico mantêm-se. Os infantários (creche, pré-escolar e ATL) continuam a apresentar prejuízos significativos, em particular o CIM – Centro Infantil de Matosinhos, que importa controlar. Em face do exposto e considerando os custos elevados com Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal e Gastos com Depreciação e Amortização, sabendo que atualmente a quase totalidade das receitas resulta do arrendamento de



# SANTA CASA Misericórdia do Bom Jesus de Matosinhos

espaços e de subsídios, o Definitório é de opinião quanto à necessidade de efetuar um controlo mais efetivo dos custos.-----

Ponto quatro – O Definitório continua a sublinhar o baixo rendimento das aplicações financeiras da Instituição, entendendo, mais uma vez, que se deve procurar um emprego alternativo para as disponibilidades financeiras. -----

Ponto cinco – O Definitório, face aos ambiciosos projetos de investimento que a Instituição pensa lançar nos próximos anos, recomenda uma forte política de prudência, garantindo-se previamente o financiamento necessário ao seu desenvolvimento. -----

Ponto seis – Debruçou-se ainda o Definitório sobre a conferência do Caixa e as conciliações bancárias, achando-as conforme as boas regras de contabilidade e controlo de gestão. -----

Ponto sete – Numa fase de investimentos significativos por parte da Instituição e, consequentemente, de recurso ao financiamento externo (o passivo aumentou cerca de 255%), o Definitório entendeu medir a capacidade de endividamento, que se mantém estável, sendo o rácio de endividamento de 0,24 e o indicador de solvabilidade de 4,15.

Ponto oito – Pretende também o Definitório salientar o esforço desenvolvido pela Mesa Administrativa na dinamização da atividade da Instituição, bem como o rigor e capacidade de controlo do Departamento de Contabilidade da Instituição, desempenho que se acompanhou detalhadamente ao longo de todo o ano. -----

O Presidente

Manuel Júlio da Rocha Pinto da Costa

O Vice-Presidente

António Cunha e Silva

A Secretária

Maria Manuela Costa Braga